Revista Bioética
Print version ISSN 1983-8042 | On-line version ISSN 1983-8034

EDITORIAL

Revistas predatórias e fraude editorial: proteger a confiança na comunicação científica

Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro [1]

1. Conselho Regional de Medicina do Acre, Rio Branco/AC, Brasil.

A comunicação científica fundamenta-se na confiança. Autores esperam que seus manuscritos sejam avaliados segundo critérios editoriais e científicos reconhecidos; leitores pressupõem a confiabilidade do conhecimento publicado; revisores dedicam tempo e expertise à avaliação crítica dos trabalhos; e instituições, indexadores e agências de fomento dependem da integridade dos periódicos para disseminar e preservar a produção científica.

É justamente a exploração dessa confiança que torna preocupante a expansão das chamadas revistas predatórias e de outras formas de fraude associadas à publicação científica.

Embora não exista definição universalmente aceita, publicação predatória tem sido associada a entidades que priorizam interesses próprios em detrimento da ciência e se caracterizam por informações falsas ou enganosas, ausência de transparência, desvio das melhores práticas editoriais e outras condutas incompatíveis com integridade científica [1]. O problema, portanto, não está simplesmente na cobrança de taxas de publicação, prática legítima quando transparente e adequadamente informada, mas no uso do engano e na ausência de compromisso efetivo com os princípios da comunicação científica.

Entre as práticas identificadas, estão: informações falsas sobre revisão por pares, alegações indevidas de indexação e métricas, composição fictícia ou não autorizada de corpos editoriais e promessas de publicação incompatíveis com processos criteriosos de avaliação. Entretanto, a fraude editorial no ambiente digital pode assumir formas ainda mais sofisticadas.

Quando a fraude se apropria da identidade de um periódico

Uma dessas modalidades envolve a apropriação da identidade de periódicos legítimos. Nome, logotipo, ISSN, informações institucionais, políticas editoriais e até nomes de editores e pesquisadores podem ser reproduzidos para conferir aparência de legitimidade a páginas que não têm vínculo com a publicação original.

Esse fenômeno tem sido descrito como *journal hijacking*, ou sequestro de periódico, no qual fraudadores utilizam a identidade de uma publicação legítima para enganar pesquisadores, receber manuscritos e obter pagamentos [2]. Nesses casos, a fraude ultrapassa o modelo tradicionalmente associado às revistas predatórias: em vez de construir apenas uma publicação de credibilidade duvidosa, apropria-se da reputação construída por um periódico verdadeiro.

Recentemente, a *Revista Bioética* identificou uma situação dessa natureza, na qual uma página não oficial utilizava informações relacionadas ao periódico, criando risco de confusão entre seus canais legítimos e uma página sem qualquer vínculo institucional com a revista.

O episódio evidencia uma questão relevante para toda a comunidade científica: aparência profissional, presença de ISSN, reprodução de políticas editoriais, números anteriores ou nomes reconhecidos não constituem, isoladamente, prova da legitimidade de um periódico. No ambiente digital, informações verdadeiras também podem ser utilizadas para construir uma identidade falsa.

Verificar antes de submeter

A escolha do periódico deve fazer parte do próprio processo de integridade científica. Antes de submeter um manuscrito, pesquisadores devem verificar quem responde pela publicação, qual instituição ou organização a mantém, qual é seu endereço eletrônico oficial, quem integra efetivamente o corpo editorial, como ocorre a revisão por pares, quais são suas políticas de ética e integridade e quais são as condições e eventuais custos de publicação.

Informações sobre indexação, métricas, certificações e vínculos institucionais não devem ser confirmadas exclusivamente no site do periódico. Sempre que possível, esses dados devem ser verificados diretamente nas páginas oficiais das bases, instituições e organizações mencionadas.

Iniciativas como *Think. Check. Submit*. disponibilizam instrumentos para auxiliar pesquisadores na avaliação de periódicos e editoras antes da submissão [3]. De modo complementar, os *Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing*, elaborados conjuntamente pelo Committee on Publication Ethics (COPE), Directory of Open Access Journals (DOAJ), Open Access Scholarly Publishing Association (OASPA) e World Association of Medical Editors (WAME), estabelecem princípios relacionados a transparência da gestão editorial, revisão por pares, equipe editorial, propriedade, financiamento e demais práticas de publicação [4].

Proteger a integridade é responsabilidade compartilhada

A prevenção da fraude não compete exclusivamente aos autores. Periódicos e instituições científicas também precisam proteger sua identidade digital, manter informações editoriais atualizadas, identificar claramente seus canais oficiais e comunicar prontamente tentativas de personificação ou utilização indevida de sua identidade.

A transparência editorial assume, nesse contexto, dupla função: é requisito de boas práticas e é mecanismo de proteção da comunidade científica. Instituições de ensino e pesquisa também têm papel relevante na formação de pesquisadores capazes de avaliar criticamente os canais pelos quais produzem e disseminam conhecimento.

A integridade científica não termina com a conclusão de uma pesquisa. Ela acompanha todo o percurso do conhecimento – produção, avaliação, publicação, disseminação, indexação e preservação. Por isso, enfrentar publicações predatórias, periódicos sequestrados e outras formas de fraude editorial exige atuação conjunta de autores, editores, revisores, bibliotecários, instituições acadêmicas, agências de fomento, indexadores e leitores.

O episódio identificado pela *Revista Bioética* deve ser compreendido não apenas como questão relacionada a um periódico, mas como alerta à comunidade científica. Em um ambiente digital no qual identidades, conteúdos e informações institucionais podem ser reproduzidos e manipulados com facilidade, verificar a origem e a autenticidade de uma publicação tornou-se parte da própria prática de integridade científica.

A ciência depende de evidências. Sua comunicação depende também de confiança. Preservá-la é responsabilidade de todos.

Referências

1. Grudniewicz A, Moher D, Cobey KD, Bryson GL, Cukier S, Allen K *et al*. Predatory journals: no definition, no defence. Nature [Internet]. 2019 [acesso 3 set 2026];576:210-2. DOI: 10.1038/d41586-019-03759-y
2. Jalalian M, Dadkhah M. The full story of 90 hijacked journals from August 2011 to June 2015. Geogr Pannonica [Internet]. 2015 [acesso 3 set 2026];19(2):73-87. DOI: 10.5937/GeoPan1502073J
3. Journals. Think. Check. Submit. [Internet]. [acesso 3 set 2026]. Disponível: https://thinkchecksubmit.org/journals/
4. Principles of transparency and best practice in scholarly publishing. Committee on Publication Ethics [Internet]. 2022 [acesso 3 set 2026]. DOI: 10.24318/cope.2019.1.12

Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro – Doutora – dilza.ribeiro@portalmedico.org.br
0000-0001-8180-4008